

## **Recrutamento de Madeirenses para o Colonato do Limpopo (Moçambique) entre 1960 e 1962<sup>1</sup>**

### Recruitment of Madeirans to the Limpopo Colony (Mozambique) between 1960 and 1962

*Odete Mendonça Henriques Souto<sup>2</sup>*

#### **Resumo**

Este artigo lança luz sobre o recrutamento de colonos madeirenses para o colonato do Limpopo, em Moçambique, entre 1960 e 1962.

A metodologia empregue envolveu a análise de documentos oficiais do Arquivo e Biblioteca da Madeira, imprensa regional, fotografias do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e do Arquivo Histórico Ultramarino e bibliografia especializada.

Os resultados revelam que um significativo número de 580 indivíduos, distribuídos por 82 famílias, foram selecionados para a colonização do vale do Limpopo, no espaço de apenas três anos. O concelho de Santana foi o que mais contribuiu com colonos.

Este estudo conclui que a Madeira desempenhou um papel relevante na história do povoamento português na região do Limpopo, Moçambique, contribuindo significativamente para o projeto de colonização e deixando uma herança cultural duradoura, que continua a influenciar a vida e a economia locais.

---

<sup>1</sup> Gostaríamos de expressar a nossa profunda gratidão ao Prof. Doutor Fernando Tavares Pimenta, não apenas pela leitura atenta e cuidadosa deste trabalho, mas também pelas valiosas sugestões que contribuíram para a sua melhoria. Importa salientar que somos os únicos responsáveis pelo conteúdo apresentado.

<sup>2</sup> Centro de Estudos de História do Atlântico – Alberto Vieira | Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira. Mestre em Relações Interculturais e licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Aberta. Tem desenvolvido trabalhos de investigação incidentes sobre a emigração madeirense no passado recente (século XX) até à atualidade, tendo alguns artigos publicados na revista *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série. Tem como principais áreas de investigação: migrações; identidades sociais, culturais e diversidades; relações interculturais; transnacionalismo; integração e transformação social. Endereço eletrónico: [odete.mh.souto@madeira.gov.pt](mailto:odete.mh.souto@madeira.gov.pt).

Com este trabalho adicionamos um contributo à compreensão da história da Madeira e do período colonial português.

**Palavras-chave:** Colonização; Colonato do Limpopo; Colonos Madeirenses.

### **Abstract**

This article sheds light on the recruitment of settlers from Madeira for the Limpopo settlement in Mozambique, between 1960 and 1962. The methodology employed involved the analysis of official documents from the Madeira Archives and Library (Arquivo e Biblioteca da Madeira), regional press, photographs from the National Archive Torre do Tombo (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) and the Overseas Historical Archives (Arquivo Histórico Ultramarino), and specialized bibliography.

The results reveal that a significant number of 580 individuals, distributed among 82 families, were selected for the colonization of the Limpopo valley in just three years. The municipality of Santana was the one which sent the most quantity of settlers. This study concludes that Madeira played a significant role in the history of Portuguese settlement in the Limpopo region, Mozambique, contributing significantly to the colonization project and leaving a lasting cultural heritage, which continues to influence local life and economy. With this work, we add a contribution to the understanding of the history of Madeira and the Portuguese colonial period.

**Keywords:** Colonization; Limpopo Colony; Settlers from Madeira.

## **Introdução**

Este artigo investiga o papel da ilha da Madeira no recrutamento de colonos para o colonato do Limpopo, em Moçambique, entre 1960 e 1962.

Através de uma análise metódica de documentos históricos, imprensa regional e registos fotográficos, bem como a revisão de literatura especializada, este estudo destaca o papel crucial da ilha da Madeira como fonte de colonos e o envolvimento direto do Estado português no processo de povoamento agrário.

O trabalho é dividido em duas partes: a primeira parte contextualiza o tema dentro do panorama histórico e político da época, enquanto a segunda parte apresenta e analisa os dados recolhidos, revelando as dinâmicas e os resultados do processo de colonização.

## **1. A Política de Povoamento Português e os Planos de Fomento**

A política de povoamento português em África, que começou no século XV, foi inicialmente focada no comércio costeiro de escravos e especiarias<sup>3</sup>. A colonização intensificou-se nos séculos XIX e XX, impulsionada por interesses financeiros, políticos e ideológicos, incluindo a exploração de recursos e a disseminação da cultura e religião portuguesas<sup>4</sup>. No entanto, até meados do século XX, houve pouca ação política efetiva em relação ao povoamento branco de Angola e Moçambique, com exceção da fundação de Moçâmedes e do Lubango<sup>5</sup>.

Em 1884, o governo português fez uma tentativa de incentivar a migração para África, assumindo todas as despesas para os indivíduos que quisessem mudar-se para lá. Contudo, o número de inscrições foi baixo, exceto na Madeira<sup>6</sup>. Foram os colonos que se estabeleceram no Planalto da Huíla, em Angola<sup>7</sup>.

Em 1890, após o Ultimato britânico, portugueses mal preparados foram enviados para Angola e Moçambique, o que resultou em expulsões e desprestígio para Portugal<sup>8</sup>.

A partir do ato colonial de 1930<sup>9</sup>, o Estado Novo português procurou criar uma imagem imperial que unisse o país em defesa das colónias. No entanto, não promovia a livre circulação, mas sim uma migração especializada<sup>10</sup>.

De acordo com Fernando Tavares Pimenta<sup>11</sup>, a reforma colonial não atendia às aspirações das elites coloniais, que queriam mais descentralização e participação. Além disso, a política económica de Salazar, que favorecia os interesses metropolitanos, agravava o descontentamento dos colonos.

Genipro de Eça D'Almeida<sup>12</sup> foi uma das vozes que se opôs à política colonial do Estado Novo. Ele defendeu a colonização oficial como essencial para fornecer às colónias o número de pessoas de que precisavam.

---

<sup>3</sup> MARQUES, 2009, *Breve História de Portugal*, pp. 201-249.

<sup>4</sup> Sobre dominação colonial em África, ver BOAHEN *et al.*, 1985, *General History of Africa, VII: Africa under colonial domination 1880-1935*.

<sup>5</sup> CASTELO, 2016, «“O Portugal das aldeias” em África (século XX)», pp. 410-411.

<sup>6</sup> BASTOS, 2011, «Ilhas, Planaltos e Travessias: Os fluxos [...]», p. 192.

<sup>7</sup> PIMENTA, 2023, «“Nova Madeira”? Notas e Reflexões para o Estudo [...]», p. 511.

<sup>8</sup> CASTELO, 2016, «“O Portugal das aldeias” em África (século XX)», p. 411.

<sup>9</sup> Decreto n.º 18:570, de 8 de julho de 1930, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 156.

<sup>10</sup> CASTELO, 2014, «“Novos Brasis” em África [...]», p. 511.

<sup>11</sup> PIMENTA, 2010, *Portugal e o Século XX. Estado-Império [...]*, pp. 92-94.

<sup>12</sup> D'ALMEIDA, 1945, *Colonização: Um Problema Nacional*, p. 173.

Apesar das críticas, a atuação do Estado português em relação ao povoamento dirigido foi, durante muito tempo, relegada à iniciativa privada<sup>13</sup>. Havia uma ausência de vontade política para promover o povoamento branco das colónias portuguesas por receio das eventuais consequências que poderiam advir do crescimento demográfico da comunidade branca em Angola e Moçambique<sup>14</sup>.

De acordo com as estatísticas demográficas do Instituto Nacional de Estatística (INE), a migração portuguesa para as províncias ultramarinas de Angola e Moçambique era bastante limitada até a criação da Junta da Emigração. A partir desse momento, observou-se um aumento significativo do fluxo migratório. A situação na Madeira era semelhante na década de 40, com a maioria dos emigrantes a escolher destinos como Brasil, Curaçau, Venezuela e África do Sul. Embora existissem algumas deslocções de madeirenses para as províncias ultramarinas, estas eram praticamente inexistentes. No entanto, a partir de 1947, começou-se a notar um aumento na migração de madeirenses para Angola e Moçambique<sup>15</sup>.

A década de 1950 marcou uma mudança significativa na política económica de Portugal em relação a África. Esta mudança foi impulsionada pela redefinição da política colonial do governo de Salazar, que introduziu várias medidas importantes. Entre elas, destaca-se o conceito de luso-tropicalismo, desenvolvido por Gilberto Freyre e adotado pelo regime salazarista como justificativa para o colonialismo. Este conceito serviu para mascarar a opressão e exploração nas colónias, promovendo uma identidade nacional baseada numa suposta superioridade moral e cultural dos portugueses<sup>16</sup>. A revisão constitucional de 1951 também desempenhou um papel crucial, alterando a terminologia de “Império” e “Colónias” para “Ultramar” e “Províncias Ultramarinas”, refletindo uma nova visão das colónias. Além disso, os capitais do Plano Marshall foram investidos em infraestruturas, contribuindo para o desenvolvimento económico de Portugal na época<sup>17</sup>. Por fim,

---

<sup>13</sup> CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento [...]*, p. 375.

<sup>14</sup> PIMENTA, 2010, *Portugal e o Século XX. Estado-Império [...]*, p. 94.

<sup>15</sup> Veja-se SOUTO, 2022, «Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)».

<sup>16</sup> Alguns autores aprofundaram a análise acerca desta questão. Destacamos: CASTELO, 1999, *O Modo Português de Estar no Mundo: O Luso-Tropicalismo [...]*; MARQUES, 2004, *Je ne suis pas raciste, mais... Du «non-racisme» portugais [...]*; e ROSAS, 1994, *O Estado Novo (1926-1974)*.

<sup>17</sup> ROSAS, 2018, *História a História – África*, pp. 112-113.

foram criadas missões científicas e antropológicas para o Ultramar com o objetivo de promover a chamada “ocupação científica”<sup>18</sup>.

O povoamento das províncias ultramarinas foi então fortemente apoiado pelo Estado, por meio de programas de colonização dirigida e, indiretamente, através do auxílio à colonização espontânea e ao crescimento económico<sup>19</sup>.

A conceção de que, para garantir o desenvolvimento de sociedades e economias coloniais prósperas, era necessário conceder terras a grupos que demonstrassem capacidade de aproveitá-las foi também defendida<sup>20</sup>. Sob esses ideais, em 1951 iniciaram-se as obras de construção do colonato de Cela em Angola e foi aprovado o plano de povoamento do Limpopo<sup>21</sup>.

O colonato do Limpopo em Moçambique, de acordo com Cláudia Castelo, resultou «em parte pelo substrato ideológico do salazarismo e pela agência de actores com real capacidade de influência política, como o governador-geral de Angola Agapito da Silva Carvalho e o engenheiro António Trigo de Moraes»<sup>22</sup>.

António Trigo de Moraes<sup>23</sup> foi o engenheiro responsável pelo plano de irrigação do vale do Limpopo, concebido para viabilizar a colonização agrícola da região. Aprovado em 1951, este projeto permitiu a irrigação de 31 000 hectares de terrenos e a construção de uma linha férrea para ligar Lourenço Marques à Rodésia<sup>24</sup>. No ano seguinte, foram seleccionadas, por concurso público, as empresas encarregadas das obras. Em 1953, iniciaram-se os trabalhos de construção da Barragem de Trigo de Moraes (imagem n.º 1), dos canais de irrigação (imagem n.º 2) e das aldeias (imagem n.º 10)<sup>25</sup>.

---

<sup>18</sup> Veja-se SARMENTO, 2022, «África e as Missões de Geografia Tropical Portuguesa na segunda metade do século XX».

<sup>19</sup> CASTELO, 2009, «Migração Ultramarina: Contradições e Constrangimentos», p. 72.

<sup>20</sup> PAULA, 2016, *O colonialismo espelhado nas águas do Cunene (1884-1975)*, p. 187.

<sup>21</sup> ROSAS, 2018, *História a História – África*, p. 118.

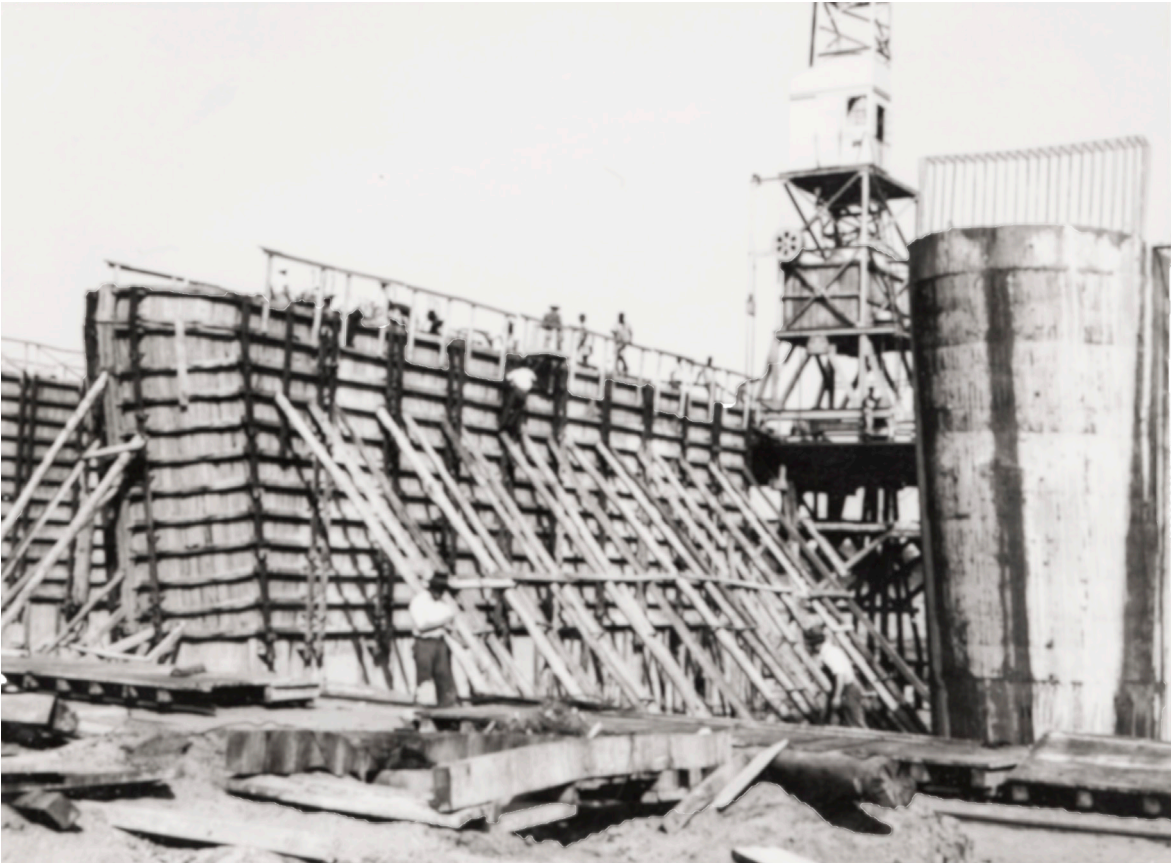
<sup>22</sup> CASTELO, 2016, «“O Portugal das aldeias” em África (século XX)», pp. 415-416.

<sup>23</sup> Frequentemente considerado o pioneiro da Hidráulica em Portugal, Trigo de Moraes foi um engenheiro, professor e político português. Foi também uma figura central no projeto de colonização agrícola do Estado Novo em África, especificamente no colonato do Limpopo. A sua influência e capacidade de liderança foram fundamentais para a implementação desse plano.

<sup>24</sup> CASTELO, 2012, «O “Branco do Mato de Lisboa” [...]», p. 32.

<sup>25</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo [...]*, p. 21.

Imagem n.º 1 – Fotografia da Barragem de Trigo de Morais (em construção)



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Agência Geral do Ultramar, Moçambique, cx. 37, n.º 17552, PT/TT/AGU/006/017552. Autor: não mencionado; imagem cedida pelo ANTT.

A Barragem de Trigo de Morais, atualmente conhecida como Barragem de Macarretane, foi um elemento crucial no plano de colonização agrícola do Estado Novo em África. As valas de irrigação construídas como parte do sistema de irrigação do Limpopo foram fundamentais, permitindo a irrigação de vastas áreas de terra, viabilizando a agricultura e o povoamento da região, e contribuindo para a dinamização de toda a área.



Imagem n.º 2 – Fotografia de vala de irrigação no Limpopo



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Agência Geral do Ultramar, Moçambique, cx. 37, n.º 17555, PT/TT/AGU/006/017555. Autor: não mencionado; imagem cedida pelo ANTT.

Os projetos de Trigo de Morais tiveram um impacto duradouro, ainda sentido em Portugal e Moçambique até aos dias de hoje. Este ilustre engenheiro foi homenageado com prémios e teve o seu nome atribuído a barragens e a uma vila. A cidade de Chókwè, situada junto ao rio Limpopo, é um testemunho do seu legado. Originalmente conhecida como Vila Trigo de Morais, a cidade foi renomeada para Chókwè em 13 de Março de 1976, após ter sido elevada a cidade<sup>26</sup>. António Trigo de Morais, que foi também nomeado inspetor-geral do Fomento do Ultramar em 1953, teve uma contribuição essencial na realização deste projeto de colonização agrícola, desde a conceção do plano de irrigação até à implementação e construção de infraestruturas chave. A sua visão e liderança foram fundamentais na transformação do vale do Limpopo e na implementação de um plano de povoamento agrícola.

---

<sup>26</sup> Veja-se MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo* [...].

Um dos seus outros projetos notáveis foi a Barragem de Vale do Gaio, em Portugal, operacional desde 1949 e também conhecida como Barragem de Trigo de Morais. Localizada no município de Alcácer do Sal, distrito de Setúbal, esta infraestrutura, juntamente com a Barragem de Macarretane, são testemunhos do seu legado e da sua contribuição para a agricultura e o desenvolvimento das regiões onde foram construídas. Após a sua morte, em 1966, Trigo de Morais foi sepultado no Limpopo, conforme era seu desejo.

A lei orgânica do Ultramar, promulgada em junho de 1953<sup>27</sup>, estipulou que a vida económica e social das províncias ultramarinas seria regulada e coordenada tendo em conta alguns objetivos. Estes incluíam a exploração dos recursos naturais e potenciais do território, o povoamento por famílias nacionais, a disciplina e proteção da emigração, e a progressiva nacionalização das atividades a serem integradas na economia nacional. Após a promulgação desta lei, foram publicados vários diplomas que criaram facilidades e recursos financeiros para a implementação da política de povoamento do Estado.

Desta forma, o Estado português fez uma transição de um colonialismo retórico e de exploração predatória dos recursos naturais e humanos para um colonialismo modernizador<sup>28</sup>. Tornava-se cada vez mais premente a implementação de medidas que respondessem ao crescente descontentamento político dos colonos e aos emergentes movimentos nacionalistas e anticolonialistas, bem como à pressão internacional a favor da autodeterminação das populações africanas. Estas condições criavam uma situação «muito complicada do ponto de vista diplomático.»<sup>29</sup>

Foram criados os Planos de Fomento<sup>30</sup> (três principais e um intercalar), que estiveram em vigor entre 1953 e 1973, que tinham por objetivo aumentar e otimizar o investimento público, através do estabelecimento de medidas políticas para o desenvolvimento económico e social da metrópole e das suas províncias ultramarinas. Estes planos destinavam um grande volume de capitais a serem aplicados nas províncias ultramarinas (cerca de 27% do valor total), sobretudo em Angola e Moçambique, que ficavam com uma percentagem de 90% desse montante<sup>31</sup>. O capital destinava-se à construção de infraestruturas diversas, bem como ao

---

<sup>27</sup> Lei n.º 2.066, 27 de junho de 1953, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 135.

<sup>28</sup> CASTELO, 2014, «“Novos Brasis” em África [...]», p. 513.

<sup>29</sup> PIMENTA, 2010, *Portugal e o Século XX. Estado-Império* [...], p. 96.

<sup>30</sup> Sobre o tema veja-se: FERRAZ, 2022, *Os Planos de Fomento do Estado Novo – Quantificação e Análise*; CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento* [...]; CASTELO, 2014, «“Novos Brasis” em África [...]»; e CAEIRO, 2005, «Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento [...]».

<sup>31</sup> PAULA, 2016, *O colonialismo espelhado nas águas do Cunene (1884-1975)*, p. 197.



investimento na agricultura, indústria, educação e saúde, visando ainda aumentar a presença de colonos portugueses naqueles territórios e a integração das populações locais na cultura portuguesa. A criação de colonatos beneficiava de um grande volume de capital, destinando-se, exclusiva ou maioritariamente, a famílias de trabalhadores rurais da metrópole, transportadas a expensas públicas, com o objetivo de reproduzir em África a freguesia rural metropolitana assente na pequena propriedade agrícola<sup>32</sup>.

O Primeiro Plano de Fomento<sup>33</sup> (1953-1958), alocava uma grande quantia de fundos para projetos de colonização em Angola e Moçambique.

O colonato da Cela, em Angola, ao abrigo deste Primeiro Plano, foi o primeiro a ser criado durante o Estado Novo, mais precisamente no ano de 1953. Neste povoamento, os primeiros grupos de colonos enfrentaram muitas dificuldades levando a várias desistências<sup>34</sup>.

Em 1954, foram estabelecidos os colonatos do Cunene, em Angola, e do Limpopo, em Moçambique, ambos apoiados por sistemas de irrigação e complementados por barragens hidroelétricas.

O Segundo Plano de Fomento<sup>35</sup> (1959-1964) seguiu-se, com um aumento significativo no volume de capital destinado ao investimento público, e foram criadas as Juntas Provinciais de Povoamento de Angola e Moçambique<sup>36</sup>. Além do já estabelecido colonato do Limpopo, a Junta Provincial de Povoamento de Moçambique iniciou atividades em núcleos como Nova Madeira (1963), Mandimba e Maúa (1964), aceitando colonos tanto metropolitanos quanto africanos<sup>37</sup>.

Depois, houve um Plano Intercalar<sup>38</sup> (1965-1967) focado no investimento na promoção social das populações autóctones e, finalmente, o Terceiro Plano de Fomento (1968-1973) que visava assegurar um «crescimento equilibrado, quer em relação às condições de vida dos diferentes grupos da população, quer no que respeita às condições de progresso nas várias regiões do país»<sup>39</sup>. Este plano também apoiava a educação e investigação, além de atribuir verbas para o financiamento de colonos já estabelecidos e para a fixação de novos colonos em regiões estratégicas

---

<sup>32</sup> CASTELO, 2014, «“Novos Brasis” em África [...]», p. 522.

<sup>33</sup> Lei n.º 2058, de 29 de dezembro de 1952, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 291.

<sup>34</sup> CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento [...]*, pp. 143-144.

<sup>35</sup> Lei n.º 2094, de 25 de novembro de 1958, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 256.

<sup>36</sup> Decreto 43.895, de 6 de setembro de 1961, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 207.

<sup>37</sup> CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento [...]*, pp. 156-157.

<sup>38</sup> Lei n.º 2123, de 14 de dezembro de 1964, in *Diário do Governo*, I Série n.º 291.

<sup>39</sup> CAEIRO, 2005, «Os Planos de Fomento Nacional [...]», p. 215.

do norte de Moçambique, como Niassa (Mandimba), Cabo Delgado (Montepuez) e Zambézia (Lioma)<sup>40</sup>.

O povoamento português do vale do Limpopo foi estabelecido na margem direita do rio homónimo, a 100 km da sua foz, onde existia a povoação Ngajane e, de acordo com Manuel Matine<sup>41</sup>, resultou na expropriação de cerca de 3000 famílias negras das suas terras. Este projeto previa a constituição de «uma sociedade “*multi-racial*”, que se tornasse, segundo a propaganda colonial, um exemplo insólito de projeto de povoamento na história do colonialismo»<sup>42</sup>. O principal objetivo do Estado português, em conformidade com a lei orgânica do Ultramar, era nacionalizar o território, fugindo das pressões crescentes a favor da descolonização.

Além desse objetivo político, que envolvia o aumento da ocupação portuguesa de Gaza, existiam ainda interesses financeiros que visavam aumentar a produção de arroz e reduzir a importação de alimentos básicos dos países vizinhos, bem como objetivos ideológicos relativos às questões da soberania nacional no território e à criação de «miniaturas de Portugal em África»<sup>43</sup>.

Havia também vontade de demonstrar ao mundo que o Estado português possuía capacidade económica e científica para manter as suas colónias, enquanto aliviava simultaneamente a difícil situação da agricultura em Portugal, salvaguardava a presença portuguesa naqueles territórios e incentivava a formação de uma burguesia rural que iria ser útil para apoiar o governo contra o surgimento de movimentos independentistas<sup>44</sup>.

O projeto era composto por aglomerados populacionais organizados em forma de aldeias de povoamento agrupado – 13 no total – Guijá (que depois foi elevada a vila); Barragem; Lionde; Sagres; Ourique; Senhora da Graça; Folgares; Freixial; São José de Ribamar; Madragoa; Santana; Pegões e Santa Comba. Essas aldeias tinham, na sua maioria, nomes de santos católicos ou de concelhos e freguesias portuguesas<sup>45</sup>. Esta estrutura de povoamento refletia a influência da cultura e religião portuguesas na organização social e espacial das colónias. Até aos dias atuais, algumas dessas regiões preservam os nomes atribuídos durante o período colonial (caso de Guijá e de Lionde), evidenciando a persistente influência portuguesa na região.

---

<sup>40</sup> CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento [...]*, p. 159.

<sup>41</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo [...]*, pp. 5-6.

<sup>42</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo [...]*, p. 5.

<sup>43</sup> CASTELO, 2012, «O “Branco do Mato de Lisboa” [...], p. 32.

<sup>44</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo [...]*, p. 21.

<sup>45</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo [...]*, pp. 21-25.

A primeira aldeia a ser povoada foi Guijá, em 1954. Além das casas, foram construídas diversas infraestruturas necessárias à vida do colonato, como por exemplo: igreja; hospital; escola e cemitério. Isso permitiu atrair para a região outro tipo de investimento, do tipo privado, com a abertura de estabelecimentos comerciais, turísticos, desportivos e industriais<sup>46</sup>.

No entanto, de acordo com Fernando Rosas<sup>47</sup>, a construção desta aldeia foi marcada por uma série de violações contra a população nativa. Além do grande número de expulsões de famílias indígenas, as obras vieram a ser executadas por trabalhadores forçados que foram recrutados pelos administradores da região. Além disso, a população nativa nunca chegou a receber as indemnizações acordadas e as obras na margem direita do rio impediram o seu acesso à água. Apesar das promessas de regadio, muitos desses camponeses nunca vieram a beneficiar do regadio porque não regressaram às terras de onde tiveram de sair.

Em 1958, quatro anos após o início da colonização agrícola do Limpopo, já se encontravam 262 famílias instaladas, formando, com os nativos, uma comunidade de mais de 5000 pessoas. Este número, já significativo, cresceu exponencialmente, ao longo da década seguinte, atingindo cerca de dez mil habitantes no ano de 1968, tornando o concelho do Baixo Limpopo num dos mais populosos de Moçambique<sup>48</sup>. Esses dados vêm sublinhar a importância e o impacto significativo do projeto de colonização implementado pelo Estado português naquele território.

## **2. Os Madeirenses e a Colonização do Limpopo**

O movimento migratório de madeirenses para Moçambique em 1960, cujo volume triplicou nesse ano, foi um evento atípico na história regional<sup>49</sup>. Este movimento, coincidiu com o ano do primeiro recrutamento analisado neste trabalho, o qual teve uma adesão significativa.

A seleção de famílias madeirenses para o Limpopo foi conduzida pela Junta da Emigração, com o apoio do Governo do Distrito Autónomo do Funchal e das câmaras municipais na Madeira.

---

<sup>46</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo [...]*, p. 24.

<sup>47</sup> ROSAS, 2018, *História a História – África*, pp. 121-122.

<sup>48</sup> CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento [...]*, p. 149.

<sup>49</sup> SOUTO, 2022, «Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)», p. 438.

Os madeirenses foram atraídos para esse povoamento principalmente por razões económicas, como a pobreza e a falta de terra para cultivar. A insularidade e a alta pressão demográfica também contribuíram para uma alta taxa de emigração para o estrangeiro<sup>50</sup>. Além disso, foram atraídos para o Limpopo pelos benefícios oferecidos pelo Estado português para este destino específico, que se diferenciava dos outros destinos de emigração madeirense. O Estado cobria os custos de viagem, incluindo a passagem para África e as deslocações para o Funchal<sup>51</sup>, além das despesas com documentação<sup>52</sup>. Os colonos recebiam no local de destino uma habitação, terra para cultivo e equipamentos agrícolas<sup>53</sup>, através da assinatura de um contrato com o Estado português<sup>54</sup>. Essas condições eram atraentes para os agricultores madeirenses, muitos dos quais não possuíam na Madeira as terras que cultivavam<sup>55</sup>. A oferta do Estado parecia promissora, sugerindo uma melhoria na posição social em Moçambique, apesar de manterem a profissão de agricultor. No novo território, os colonos madeirenses tinham ainda vantagens em relação aos africanos, devido à estrutura social do regime colonial.

A seguir, apresentamos os dados relativos aos recrutamentos.

## 2.1. Ano de 1960

As autoridades apostaram no recrutamento na Madeira, baseando-se em experiências passadas. Os madeirenses, familiarizados com o clima semelhante ao de África, tinham uma capacidade de adaptação eficiente, como já havia sido demonstrado em situações anteriores no Brasil e em Angola. Um exemplo disso foi a comunidade madeirense em Huíla, Angola, que demonstrou uma grande capacidade de adaptação à realidade africana, influenciando-a através da incorporação de aspetos da sua vida material e espiritual da Ilha da Madeira<sup>56</sup>.

O objetivo inicial do recrutamento, no ano de 1960, para o colonato do Limpopo era enviar 50 famílias madeirenses, tendo o Conselho Superior de Fomento, através

---

<sup>50</sup> SOUTO, 2022, «Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)», pp. 419-451.

<sup>51</sup> Arquivo e Biblioteca da Madeira (doravante abreviado como ABM), Direção Regional da Administração Pública e Local (doravante abreviada como DRAPL), Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, de 30 de maio de 1960.

<sup>52</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 1339/60-SU / Limpopo 1960.

<sup>53</sup> CASTELO, Cláudia, 2012, «O “Branco do Mato de Lisboa” [...]», p. 35.

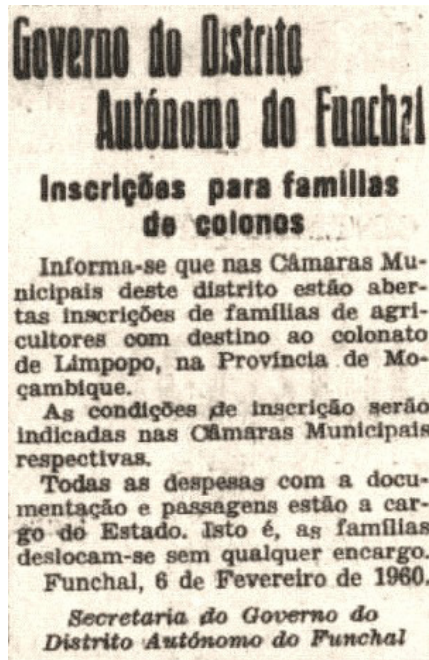
<sup>54</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal n.º 3241, 6 de novembro de 1961.

<sup>55</sup> SOUTO, 2022, «Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)», p. 431.

<sup>56</sup> PIMENTA, 2023, «“Nova Madeira”? Notas e Reflexões [...]», pp. 503-536.

da Junta da Emigração, conduzido o processo de seleção<sup>57</sup>. O pedido de inscrições foi encaminhado para seis câmaras municipais da Região e posteriormente estendido às restantes autarquias. A notícia foi divulgada na imprensa regional.

Imagem n.º 3 – Anúncio de recrutamento na Madeira para o Limpopo



Fonte: «Inscrições para famílias de colonos», 06-02-1960, in *Diário de Notícias*, p. 3.

A imagem n.º 3 mostra um anúncio de recrutamento na Madeira para o Limpopo. Este anúncio, que foi divulgado em três jornais distintos – *Diário de Notícias*, *Jornal da Madeira* e *Eco do Funchal* –, resultou numa grande adesão da população<sup>58</sup>.

É importante esclarecer que, apesar do grande interesse dos madeirenses e do Estado em enviar colonos para Moçambique, os candidatos passavam por um rigoroso processo de seleção. Os requisitos incluíam: a) idade do chefe de família (não podia ultrapassar os 45 anos); b) alfabetização (o candidato devia saber ler e escrever, embora muitos analfabetos tenham sido admitidos); c) ocupação única (o candidato deveria ter como única ocupação a agricultura); d) famílias numerosas (quanto mais filhos o candidato tivesse, maior a probabilidade de ser aceite como

<sup>57</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 30/59-SU / Limpopo 1960.

<sup>58</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 1339/60-SU / Limpopo 1960.



colono); e) não possuir recursos financeiros; e, f) robustez física e psicológica, avaliada por uma inspeção médica feita ao candidato e ao seu agregado familiar<sup>59</sup>.

Na Câmara Municipal do Funchal, que recebeu o maior número de inscrições, foram registadas quarenta e sete inscrições<sup>60</sup>. Curiosamente, deste concelho apenas duas famílias foram selecionadas. Isso poderá estar relacionado com questões relativas à dimensão das famílias ou com as que dizem respeito à obrigatoriedade de o chefe de família não poder ter exercido outra profissão que não a de agricultor. Este critério reflete a intenção de promover a agricultura como meio de subsistência no novo colonato.

Durante a avaliação médica dos candidatos madeirenses para o Limpopo, muitos jovens apresentaram condições de saúde preocupantes, incluindo parasitoses intestinais. O médico que procedeu aos exames destacou a prevalência de ancilostomíase e amebíase intestinal, especialmente entre as crianças. Referia o médico:

«dada a intensidade de infestação, o seu carácter endémico, e ainda a predilecção pelas populações agrícolas; tudo ademais facilitado pelo meio ambiente: maus hábitos higiénicos, a promiscuidade em que vivem, leva-nos a crer que estas crianças estejam minadas por vermes.

A par de existir um foco endémico, refiro-me especialmente às freguesias do Porto da Cruz e Faial, a infestação deste parasitismo intestinal propaga-se assustadoramente»<sup>61</sup>.

E acrescentava: «vi crianças de 16 anos de idade que aparentavam ter 10 anos, anemiadas, quase em caquexia, tal era o grau de desnutrição»<sup>62</sup>.

Essas condições de saúde que relatava, graves e preocupantes, estavam ligadas às difíceis condições sociais e financeiras da população madeirense<sup>63</sup>.

Apesar desses desafios, o Estado fez esforços para melhorar a saúde dos colonos antes da sua partida para o Limpopo. Com base no diagnóstico médico, todos os membros das famílias selecionadas foram desparasitados nos postos antiparasitários da Região<sup>64</sup>. Este passo crucial foi realizado antes da emissão das autorizações de embarque, garantindo que todos estivessem em melhor estado de saúde quando iniciassem a sua nova vida no Limpopo.

<sup>59</sup> CASTELO, 2012, «O “Branco do Mato de Lisboa” [...]», pp. 33-34.

<sup>60</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Câmara Municipal do Funchal, 19 de fevereiro de 1960.

<sup>61</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, relatório médico, 24 de fevereiro de 1960; o sublinhado é da fonte.

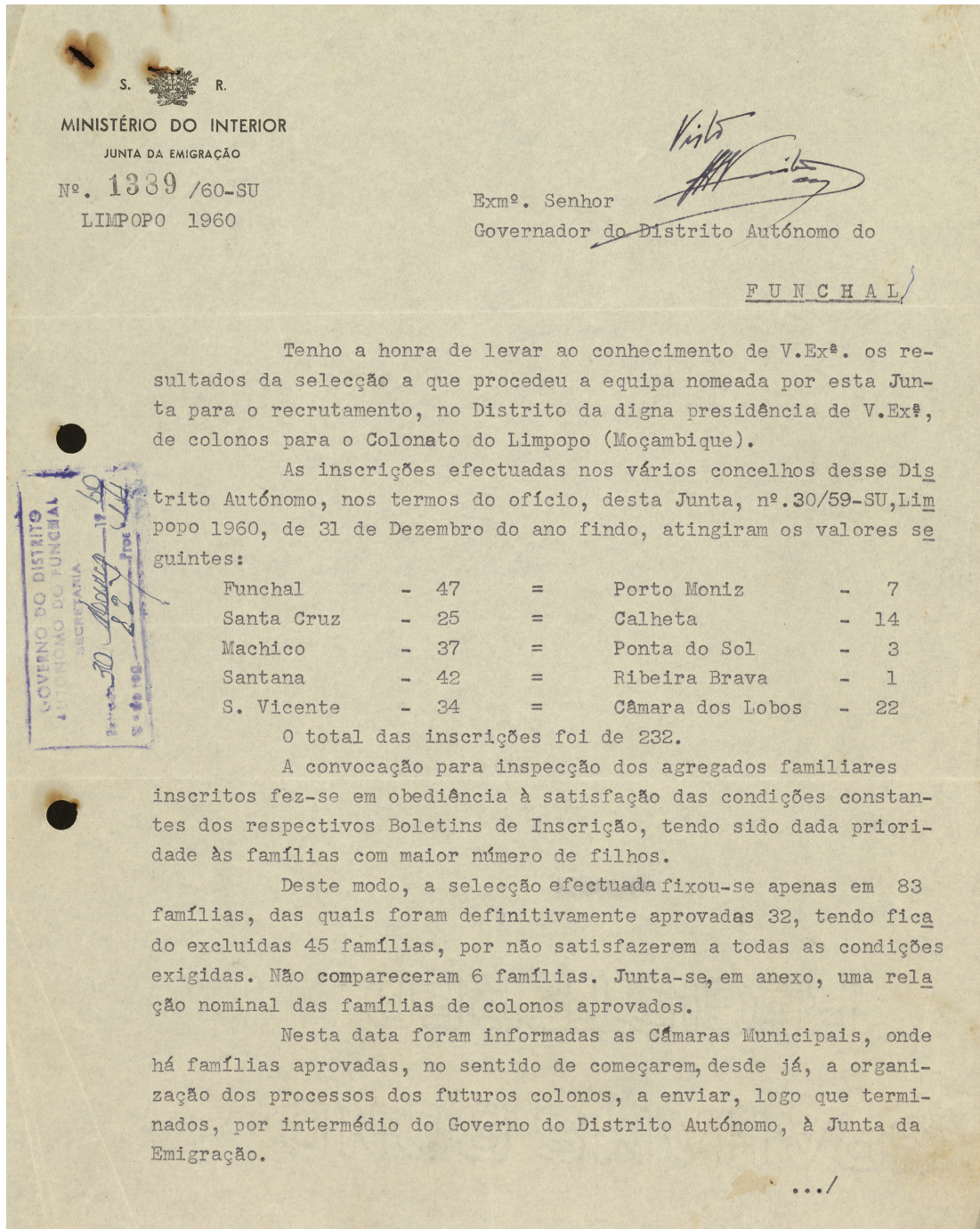
<sup>62</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, relatório médico, 24 de fevereiro de 1960.

<sup>63</sup> Veja-se VIEIRA, FREITAS, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», p. 149.

<sup>64</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 26 de abril de 1960.

Quanto ao processo de selecção, este foi concluído a 24 de março, através do envio de um ofício ao Governo do Distrito Autónomo do Funchal, com os resultados finais. Seguidamente, anexamos uma digitalização deste ofício.

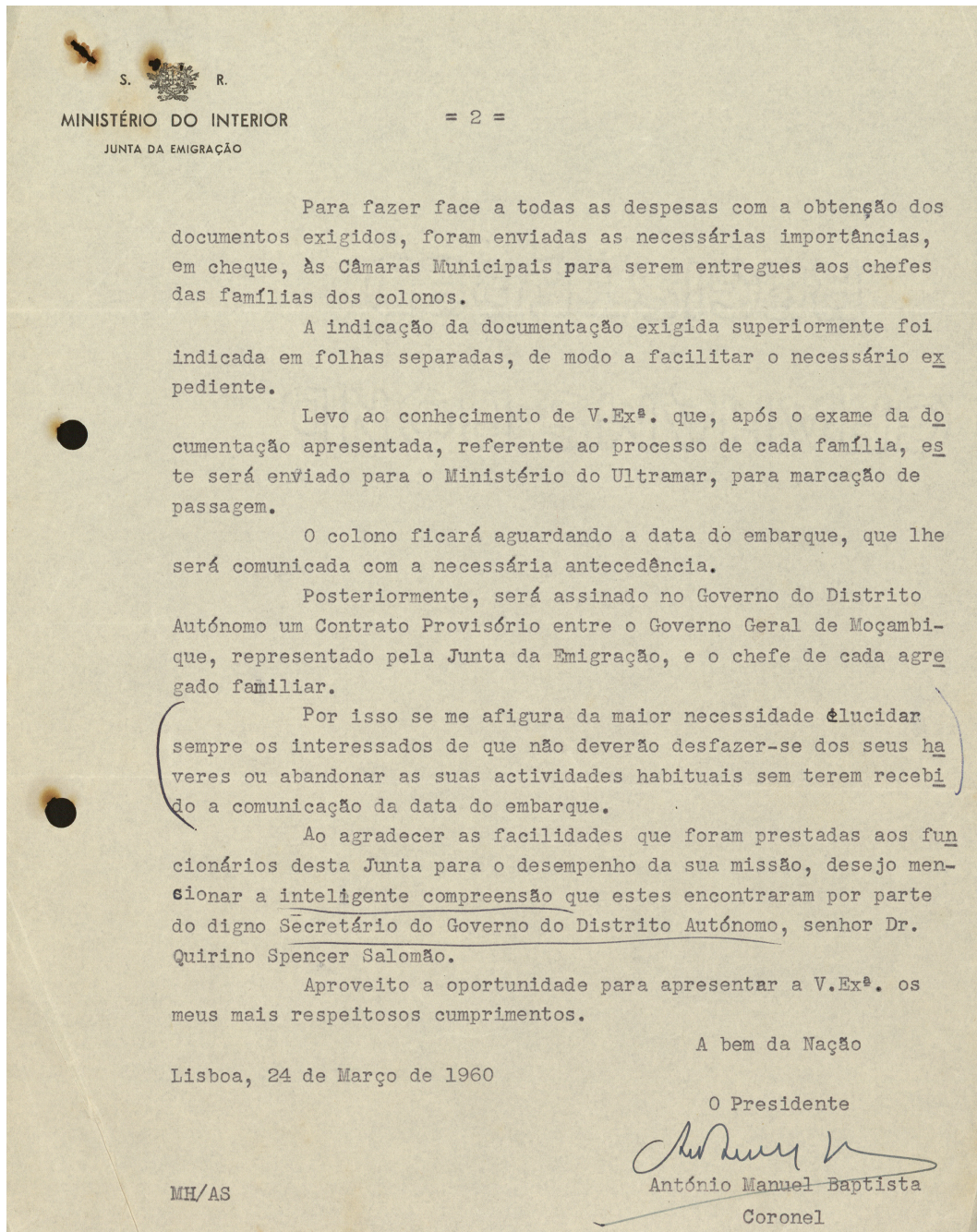
Imagem n.º 4 – Ofício de finalização do processo de selecção



Fonte: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 1339/60-SU / Limpopo 1960.



Imagem n.º 5 – Ofício de finalização do processo de seleção (p. 2)



Fonte: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 1339/60-SU / Limpopo 1960.

Conforme se lê, houve um total de 232 inscrições na Madeira, mas apenas 32 foram aprovadas. O objetivo era enviar 50 famílias madeirenses, mas esse número não foi alcançado, apesar do volume de inscrições ter sido cerca de cinco vezes superior ao necessário. As razões apontadas pelos serviços da Junta da Emigração para uma

tão alta taxa de exclusão de candidaturas foram a dimensão das famílias (que não eram grandes o bastante) e o não cumprimento de todas as condições exigidas. O documento também menciona que seriam emitidos cheques para cobrir as despesas dos colonos na obtenção dos documentos necessários para o processo.

Viagem marcada, os colonos compareciam no Governo do Distrito Autónomo do Funchal na véspera do embarque para assinar o contrato provisório e receber a documentação necessária para a viagem<sup>65</sup>. Esta documentação incluía certificados de vacinação, bilhete de identidade, bilhete de passagem, documento militar (para homens) e visto da PIDE<sup>66</sup>. Os contratos eram assinados por três partes distintas: o colono, um representante da JE (que seria nomeado pelo Governador do Distrito Autónomo do Funchal) e duas testemunhas. Após a assinatura, um dos exemplares era enviado para a JE e os outros dois acompanhavam o colono para o Limpopo<sup>67</sup>. Chegados ao destino, assinavam um novo contrato, idêntico ao anterior, com algumas novas cláusulas e disposições específicas<sup>68</sup>.

Em um ofício da Junta da Emigração é referido que no «caso dos colonos analfabetos, será dactilografado, no espaço para as assinaturas, o respectivo rogo.»<sup>69</sup> Esta indicação comprova que foram admitidos candidatos analfabetos, conforme referimos anteriormente, apesar de a literacia ser uma das condições para a admissão no colonato do Limpopo.

Entre os candidatos aprovados para o recrutamento do ano de 1960, foram suspensos os processos de duas famílias devido à existência de antecedentes criminais detetados nos seus registos criminais e por terem ocultado esse facto<sup>70</sup>. Houve ainda uma terceira família, cujo processo não prosseguiu sem uma explicação clara sobre o motivo, o que nos leva a acreditar que possa ter desistido.

Em resumo, das 32 candidaturas aprovadas, apenas 29 foram concretizadas, num total de duzentos e setenta e cinco colonos, conforme podemos ver na seguinte tabela.

---

<sup>65</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, N.º 2364/60-SU / Limpopo, 20 de maio de 1960.

<sup>66</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 30 de maio de 1960.

<sup>67</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, N.º 2419/60-SU / Limpopo, 24 de maio de 1960.

<sup>68</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo* [...], p. 45.

<sup>69</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, N.º 2419/60-SU / Limpopo, 24 de maio de 1960.

<sup>70</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Telegrama da Junta da Emigração para o Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 5 de abril de 1960.

Quadro n.º 1 – Colonos madeirenses para o colonato do Limpopo (1960)

<b>Concelho</b>	<b>N.º de famílias</b>	<b>N.º de pessoas</b>
Santana	7	66
Machico	7	60
Porto Moniz	3	27
Santa Cruz	3	28
São Vicente	2	23
Calheta	2	23
Funchal	2	23
Ponta do Sol	2	16
Câmara de Lobos	1	9
<b>Total</b>	<b>29</b>	<b>275</b>

Fonte: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291.

As 29 famílias selecionadas partiram para o Limpopo em três grupos:

- a. O primeiro grupo<sup>71</sup>, formado por 21 famílias (193 pessoas), embarcou no dia 16 de junho, no navio *Quanza*;
- b. O segundo grupo<sup>72</sup>, composto por sete famílias (70 pessoas), embarcou no dia 26 de agosto, no navio *Quanza*;
- c. O terceiro e último grupo<sup>73</sup>, formado por uma única família (12 pessoas), embarcou no dia 24 de novembro, no navio *Moçambique*.

Esta última família embarcou mais tarde devido ao nascimento do último filho do casal<sup>74</sup>.

Verifica-se que a maior parte das famílias selecionadas era proveniente dos municípios de Santana e Machico. Especificamente, havia sete famílias de cada município. É interessante notar que nesse ano não houve nenhuma família de colonos originária da Ribeira Brava e apenas uma família era proveniente de Câmara de Lobos.

Na imprensa regional foram encontradas notícias sobre o embarque dos primeiros dois grupos de colonos aqui referenciados (imagens n.ºs 6 e 7). Essas notícias corroboram os resultados que apresentamos<sup>75</sup>.

<sup>71</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, n.º 1566, 17 de junho de 1960.

<sup>72</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 19 de julho de 1960.

<sup>73</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, n.º 3194, 23 de novembro de 1960.

<sup>74</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 4733/60-SU, 29 de outubro de 1960.

<sup>75</sup> Há uma pequena discrepância entre os dados coletados e as informações divulgadas pela imprensa, consistindo em apenas um caso. Conforme a documentação armazenada no Arquivo e Biblioteca da Madeira, o número total de colonos embarcados em 1960 foi de 70.



A notícia «Gente da Madeira para o colonato do Limpopo [...]», publicada no *Diário de Notícias* em 18 de junho de 1960, documenta a jornada do primeiro grupo de colonos madeirenses para o Limpopo, que embarcou a 16 de junho de 1960. A presença de muitas crianças entre os colonos, visível na fotografia da notícia, é um detalhe importante que provavelmente influenciou as decisões das famílias, as dificuldades que enfrentaram e a forma como se estabeleceram na sua nova casa. A frase «À partida: emoção, esperança em melhores dias» captura a mistura de sentimentos que os colonos madeirenses provavelmente sentiram ao embarcar para o Limpopo, refletindo as circunstâncias difíceis que enfrentavam na Madeira e um otimismo cauteloso em relação ao futuro.

Imagem n.º 6 – Notícia acerca do 1.º grupo de colonos (1960)

**Gente da Madeira**  
para o Colonato do Limpopo  
(Reportagem de Alberto Malho)  
**A' partida: emoção, esperança em melhores dias**



**Momentos antes da embarque**

Conforme referimos, embarcaram anteontem, no «Quansa», com destino ao Colonato do Limpopo, em Moçambique, 31 famílias madeirenses, num total de 193 pessoas. O recrutamento destes nossos conterrâneos fez-se por iniciativa da Junta de Emigração, de colaboração com o Ministério do Ultramar, organismos que tiveram — como se disse — a cooperação do Governo do Distrito e das Câmaras Municipais dos diferentes concelhos desta Ilha.

Esta decisão foi acolhida com extraordinário entusiasmo pelas famílias modestas da Madeira, mormente pelas que habitualmente se empregam na lavoura. E anteontem, às primeiras horas, muito antes da chegada do barco, já muitas dessas pessoas, com os seus familiares que aqui ficaram, se dirigiram à Agência da Companhia Nacional de Navegação — Casa Elandy — a inquirir da hora do embarque e, também, para se mudarem dos respectivos bilhetes de passagem.

Mas, antes do embarque, toda essa gente quis assistir ao desfile da imponente procissão do Corpo de Deus, dando assim mostras do seu espírito de religiosidade.

Os momentos antes do embarque.

(Continua na 8.ª página)

**O caso argelino**

PARIS, 17. — A F. L. N. rejeitou a proposta francesa. Os países afro-asiáticos vão levar o assunto, pela sexta vez, à ONU. Foi nomeado Comandante Militar da África Negra o Coronel Bideard, dos mais condecorados do Exército francês, herói da Indochina e da África do Norte. — L.

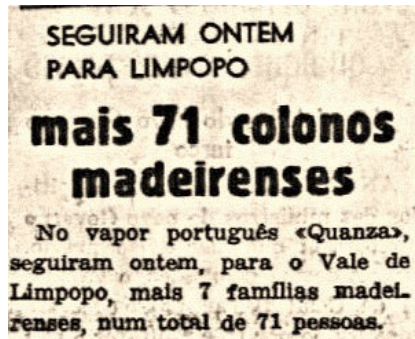
Fonte: «Gente da Madeira para o colonato do Limpopo. À partida: emoção, esperança em melhores dias», 18-06-1960, in *Diário de Notícias*, p. 1.

No entanto, é importante lembrar que a cobertura da imprensa pode não ter refletido completamente a realidade vivida pelos colonos. As dificuldades e desafios enfrentados em África podem ter sido minimizados ou mesmo omitidos nas reportagens. Portanto, ao analisar a notícia «Gente da Madeira para o colonato do Limpopo [...]» e outras reportagens semelhantes, é crucial considerar as circunstâncias da sua criação.

Além disso, a notícia do “caso argelino” publicada na mesma página do jornal, que relata a rejeição da proposta francesa pela Frente de Libertação Nacional (FLN) argelina, pode ser vista como um reflexo dos movimentos de descolonização em curso em África e das respostas variadas dos poderes coloniais. Esta colocação conjunta das notícias pode ter sido uma tentativa de ilustrar as complexidades e os desafios dos processos de colonização e descolonização.

Já a notícia intitulada «Seguiram ontem para o Limpopo mais 71 colonos madeirenses», publicada no *Diário de Notícias* em 27 de agosto do mesmo ano, é muito mais concisa do que a primeira que analisamos. Ela informa brevemente que mais sete famílias madeirenses, num total de 71 pessoas, embarcaram para o Vale de Limpopo. Importa, porém, esclarecer que, de acordo com a documentação constante no Arquivo e Biblioteca da Madeira, o grupo era na verdade composto por 70 pessoas.

Imagem n.º 7 – Notícia acerca do 2.º grupo de colonos (1960)



Fonte: «Seguiram ontem para o Limpopo mais 71 colonos madeirenses», 27-08-1960, in *Diário de Notícias*, p. 1.

A diferença no estilo e no tamanho das duas notícias pode ser atribuída a várias razões. A primeira notícia pode ter sido considerada mais nova ou mais significativa pelos editores, justificando um espaço maior e uma cobertura mais detalhada.

Em contraste, a segunda notícia, embora ainda importante, pode ter sido vista como uma atualização ou seguimento da primeira e, por isso, recebeu uma cobertura mais breve. Além disso, a evolução da narrativa pode ter desempenhado um papel propositado. A primeira notícia pode ter sido escrita para introduzir a ideia da colonização do Limpopo aos leitores, enquanto a segunda notícia pode ter sido destinada a manter os leitores informados sobre o progresso da colonização. Por último, mas não menos importante, a influência da propaganda também deve ser considerada, pois, frequentemente, a imprensa da época fazia propaganda das colónias. A primeira notícia, com a sua cobertura mais extensa e detalhada, pode ter sido parte dessa propaganda. A segunda notícia, sendo mais informativa e direta, pode representar uma abordagem mais objetiva. No entanto, ao analisar essas notícias, é crucial considerar o contexto em que foram escritas e o possível viés da imprensa da época.

## 2.2 Dados de 1961

Em fevereiro de 1961<sup>76</sup>, a Junta da Emigração abriu novas vagas para mais uma centena de famílias madeirenses para o colonato do Limpopo. Desta vez, foram reservadas 50 vagas para famílias mais pequenas, no máximo com dois filhos, além das 50 vagas destinadas a famílias numerosas. Os chefes de família do primeiro grupo não poderiam ter mais de 35 anos de idade e para os de famílias numerosas mantinha-se o limite dos 45 anos.

O processo de inscrição e seleção deste ano foi conduzido de maneira semelhante ao do ano anterior, cujos detalhes já foram explicados anteriormente.

Foram selecionadas 40 famílias este ano, somando um total de 220 indivíduos. Diferentemente do ano anterior, que tinha apenas famílias numerosas, a seleção deste ano foi mais diversificada.

Entre as famílias selecionadas, 19 tinham mais de dois filhos, 16 tinham um ou dois filhos e cinco eram casais sem filhos.

---

<sup>76</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício-circular do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, de 7 de fevereiro de 1961.

Quadro n.º 2 – Colonos madeirenses para o colonato do Limpopo (1961)

<b>Concelho</b>	<b>N.º de famílias</b>	<b>N.º de pessoas</b>
Santana	19	75
Machico	6	49
Câmara de Lobos	6	40
Calheta	2	14
Funchal	2	17
Ribeira Brava	2	8
Porto Moniz	1	6
São Vicente	1	4
Santa Cruz	1	7
<b>Total</b>	<b>40</b>	<b>220</b>

Fonte: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291.

Este ano, conforme referimos anteriormente, o governo aceitou famílias mais pequenas, incluindo casais sem filhos. Isto representou uma mudança significativa em relação aos critérios do ano anterior. Seria interessante explorar as razões por trás dessa alteração dos critérios de seleção, que podem estar relacionados com uma eventual dificuldade em ter número suficiente de famílias numerosas.

No ano de 1961, Santana continuou a ser o concelho que mais contribuiu com colonos para o Limpopo, tal como havia acontecido no ano anterior. Desse concelho, provieram 19 famílias, seguido por Machico e Câmara de Lobos, cada um com seis famílias. Foi verificado que não houve nenhuma família selecionada da Ponta do Sol.

Assim como no ano anterior, foram formados três grupos de colonos.

- a. O primeiro grupo<sup>77</sup>, formado por 14 famílias (49 pessoas), embarcou no navio *Moçambique*, que saiu de Lisboa no dia 21 de agosto;
- b. O segundo grupo<sup>78</sup>, composto por 13 famílias (69 pessoas), embarcou no navio *Angola*, que saiu de Lisboa no dia 19 de setembro;
- c. O terceiro e último grupo<sup>79</sup>, formado por 13 famílias (102 pessoas), embarcou no navio *Moçambique*, que saiu de Lisboa no dia 21 de novembro.

<sup>77</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 2963/61-SU, 7 de agosto de 1961.

<sup>78</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 3392/61-SU, 9 de setembro de 1961.

<sup>79</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 7 de novembro de 1961.



As datas de embarque que apresentamos em relação a este ano são relativas à partida de Lisboa, devendo acrescentar-se dois dias como data provável da saída do Funchal.

### 2.3. Dados de 1962

A análise deste ano é fundamentada em alguns documentos que detalham os agregados familiares que embarcaram para o colonato do Limpopo em março. Dois documentos principais, ambos em depósito no Arquivo e Biblioteca da Madeira, são de diferentes entidades, mas apresentam conteúdo coincidente.

O primeiro é uma relação das famílias de colonos a embarcar para o colonato do Limpopo, no navio *Príncipe Perfeito*, a sair de Lisboa no dia 2 de março de 1962, emitida pela Junta da Emigração<sup>80</sup>. Esta lista, fornece os nomes, idades e origens dos colonos. O segundo é um ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, datado de 2 de março de 1962, dirigido ao Subinspetor da PIDE<sup>81</sup>, informando os nomes das pessoas que vão embarcar no dia seguinte para o colonato do Limpopo no navio *Príncipe Perfeito*.

Além desses documentos principais, existem mais alguns documentos avulsos<sup>82</sup> que se referem a este grupo de colonos e à sua partida naquela data<sup>83</sup>. A consistência entre os documentos de diferentes entidades reforça a veracidade das informações apresentadas.

Nas listas referidas constata-se que 13 famílias foram selecionadas, num total de 85 pessoas, e que o grupo partiu para África no dia 3 de março de 1962 a bordo do navio *Príncipe Perfeito*.

---

<sup>80</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Relação das famílias a embarcar, da Junta da Emigração, s.d.

<sup>81</sup> ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 2 de março de 1962.

<sup>82</sup> Veja-se: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Lista de contratos provisórios do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 3 de março de 1962; ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício da Junta da Emigração, n.º 747/62-SU, março de 1962; e, ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291, Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 5 de março de 1962.

<sup>83</sup> Alguns dos documentos são ABM, DRAPL, Emigração, pt. 2291, Lista do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, 3 de março de 1962 e Ofício do Governo do Distrito Autónomo do Funchal, n.º 747/62-SU / Limpopo, 20 de fevereiro de 1962.



Quadro n.º 3 – Colonos madeirenses para o colonato do Limpopo (1962)

<b>Concelho</b>	<b>N.º de famílias</b>	<b>N.º de pessoas</b>
Ribeira Brava	12	81
Santana	1	4
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>85</b>

Fonte: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291.

Verifica-se que, com exceção de uma família, todas são originárias da Ribeira Brava.

O aumento significativo na representação de famílias da Ribeira Brava, em 1962, é notável. Embora não possamos confirmar as razões exatas para esta mudança sem mais informações, é possível que o município da Ribeira Brava tenha feito algum tipo de reivindicação ou intervenção após a falta de representação nos anos anteriores. No entanto, esta suposição requer mais investigação de forma a ser confirmada.

Conforme já referimos neste trabalho, é possível que mais colonos madeirenses tenham embarcado neste ano, mas não dispomos de documentação adicional que o confirme.

Neste último recrutamento ao qual tivemos acesso, constatamos que existem três famílias de pequenos agregados, cada uma composta por um casal e dois filhos. As restantes famílias são maiores, sendo a maioria composta por seis pessoas e a família com mais membros é composta por onze pessoas (um casal e nove filhos).

Os navios *Quanza*, *Moçambique*, *Angola* e *Príncipe Perfeito*, todos referenciados neste trabalho, eram embarcações que estabeleciam a ligação entre Lisboa e as colónias africanas, fazendo escala na Madeira. Estes navios não transportavam apenas os colonos recrutados pelo Estado português, mas também um fluxo de migração espontânea de pessoas que procuravam estabelecer-se nas províncias ultramarinas<sup>84</sup>.

#### 2.4. Análise dos Dados (Anos de 1960, 1961 e 1962)

Após analisar a quantidade de colonos selecionados em cada um dos anos estudados, estamos em condições de compilar os dados, caracterizá-los e tirar conclusões. Os dados globais são apresentados no quadro n.º 4 e representados no gráfico n.º 1.

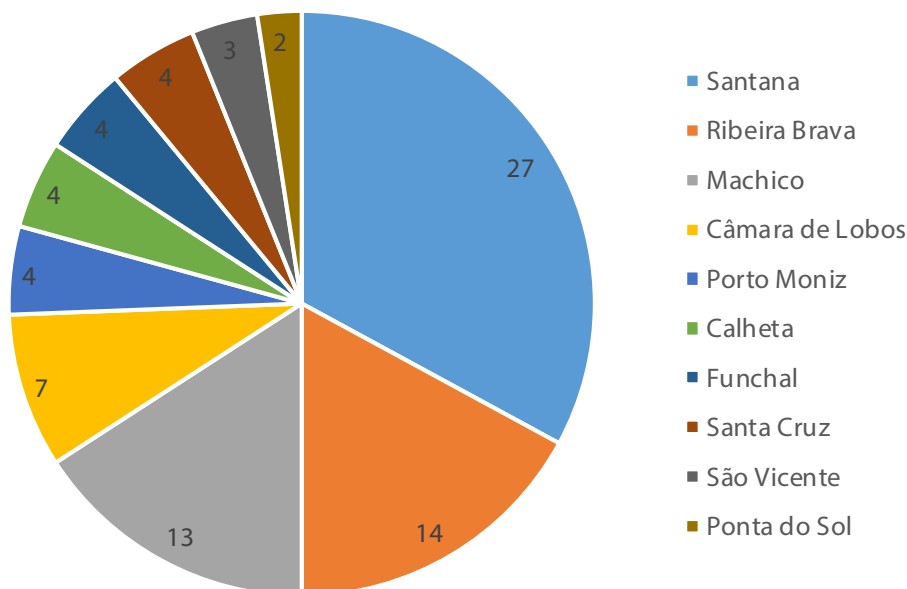
<sup>84</sup> Os portugueses que iam sem contrato de colono necessitavam ter contrato de trabalho com alguma empresa em Moçambique ou carta de chamada de parente seu a residir naquele território. Veja-se SOUTO, 2023, «Regulação Estatal da Emigração Madeirense no Estado Novo – *Cartas de Chamada*».

Quadro n.º 4 – Colonos madeirenses para o colonato do Limpopo (1960-1962)

Concelho	N.º de famílias	N.º de pessoas
Santana	27	145
Ribeira Brava	14	89
Machico	13	109
Câmara de Lobos	7	49
Porto Moniz	4	33
Calheta	4	37
Funchal	4	40
Santa Cruz	4	35
São Vicente	3	27
Ponta do Sol	2	16
<b>Total</b>	<b>82</b>	<b>580</b>

Fonte: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291.

Gráfico n.º 1 – Famílias de colonos madeirenses para o colonato do Limpopo (1960-1962)



Fonte: ABM, DRAPL, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291.

Observamos que, ao longo de três anos, foram selecionadas 82 famílias de colonos madeirenses para o colonato do Limpopo, totalizando 580 indivíduos, distribuídos da seguinte forma:

- Em 1960, foram selecionadas 29 famílias, num total de 275 pessoas;
- Em 1961, foram selecionadas 40 famílias, num total de 220 pessoas;
- Em 1962, foram selecionadas 13 famílias, num total de 85 pessoas.

Em termos gerais, Santana foi o concelho que forneceu o maior número de famílias para o colonato do Limpopo, num total de 27. Esse volume perfazia cerca de centena e meia de pessoas.

Em segundo lugar, em termos de número de famílias, esteve a Ribeira Brava, com 14 famílias, num total de 89 pessoas. No entanto, em termos de número de pessoas, Machico superou a Ribeira Brava com 109 pessoas de 13 famílias.

Câmara de Lobos contribuiu com sete famílias, formando um grupo de 49 pessoas. Porto Moniz, Calheta, Funchal e Santa Cruz contribuíram com quatro famílias cada, num total conjunto de 145 pessoas.

Além disso, três famílias eram originárias de São Vicente, com um total de 27 pessoas, e apenas duas da Ponta do Sol, que formavam um grupo de 16 pessoas.

Em resumo, entre 1960 e o primeiro trimestre de 1962 aproximadamente seiscentas pessoas da Madeira participaram na colonização do Limpopo.

De acordo com um estudo de Manuel Matine<sup>85</sup>, a Madeira foi a terceira maior fonte de colonos para aquele povoamento, atrás de Bragança e Vila Real. Terão os madeirenses, desta forma, desempenhando um papel significativo na história do povoamento português no Limpopo.

Lá, os colonos dedicaram-se ao cultivo de várias culturas, incluindo arroz, forrageiras, tabaco, algodão, tomate, citrinos e fibras têxteis. Mas a agricultura era rudimentar, resultando numa produção fraca que, associada aos preços baixos dos produtos, trazia um baixo rendimento para os agricultores<sup>86</sup>.

Além dessas dificuldades, os colonos enfrentavam uma série de outros desafios. Um desses problemas era a proximidade entre humanos e animais. As pocilgas, que frequentemente tinham um tamanho inadequado, não só eram uma fonte de desconforto devido ao seu cheiro nauseabundo, mas também representavam um risco para a saúde pública. Outro problema significativo era a presença de carraças no gado bovino. Estes parasitas não só afetavam a saúde e o bem-estar do gado, mas também facilitavam a disseminação de várias doenças infecciosas para a população humana, como febres e malária<sup>87</sup>.

Assim, os colonos madeirenses, atraídos pela promessa de uma vida melhor no Limpopo, encontraram uma realidade muito diferente das suas expectativas. As condições atraentes oferecidas pelo Estado português, incluindo habitação, terra para cultivo e equipamentos agrícolas, contrastavam fortemente com os desafios

---

<sup>85</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo* [...], p. 58.

<sup>86</sup> CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento* [...], pp. 148-149.

<sup>87</sup> MATINE, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo* [...], p. 23.

que enfrentaram no novo território. A agricultura rudimentar, os preços baixos dos produtos e os problemas de saúde pública e animal eram obstáculos significativos para a sua prosperidade. A expectativa de uma melhoria na posição social em Moçambique, mantendo a profissão de agricultor, rapidamente se transformou numa luta diária para sobreviver e prosperar. Esta realidade dura serve como um lembrete da complexidade e multiplicidade dos desafios enfrentados pelos colonos, que iam muito além das dificuldades imediatas e evidentes.

Imagem n.º 8 – Fotografia de agricultores no vale do Limpopo



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Agência Geral do Ultramar, Moçambique, cx. 39, n.º 19240, PT/TT/AGU/006/019240. Autor: não mencionado; imagem cedida pelo ANTT.

A imagem n.º 8 retrata agricultores no vale do Limpopo, provavelmente em campos irrigados pelo sistema de Trigo de Morais. Este cenário é um reflexo direto da engenharia hidráulica que foi fundamental para moldar o vale às exigências climáticas e estabelecer a agricultura como pilar da colonização e da economia local.

Ao longo das últimas décadas, desafios como inundações e a necessidade de manutenção contínua da infraestrutura tiveram um impacto significativo na barragem e na vida dos agricultores. Recentemente, o governo moçambicano empreendeu



esforços notáveis para revitalizar a agricultura<sup>88</sup>, um movimento que culminou na reabilitação da Barragem de Macarretane, anteriormente conhecida como Barragem de Trigo de Morais. Segundo relatos da imprensa local, a barragem está agora operacional e pronta para fornecer água a aproximadamente 12 mil produtores, tornando-se um elemento crucial para impulsionar a produção agrícola da região<sup>89</sup>. Este desenvolvimento é um testemunho eloquente da duradoura influência portuguesa no vale do Limpopo. A barragem e os sistemas de irrigação estabelecidos durante o período colonial não só continuam a ser essenciais para a agricultura local, mas também representam um aspeto crucial do desenvolvimento contínuo da região. Os esforços para melhorar e expandir esses sistemas refletem a importância de preservar e modernizar o legado histórico com vista a assegurar um futuro próspero para a comunidade local e a sua economia.

Imagem n.º 9 – Fotografia de agricultor madeirense no vale do Limpopo



Fonte: Arquivo Histórico Ultramarino, Agência Geral do Ultramar, PI0026, n.º 17025, PT/AHU/AGU/PI0026. Autor: não mencionado; imagem cedida pelo AHU.

<sup>88</sup> Veja-se CAPAINA, 2022, «Produção Orizícola em Moçambique: (Des)continuidades [...]».

<sup>89</sup> MASSINGUE, 2020, «Barragem de Macarretane pronta para abastecer água [...]».



A fotografia anterior (n.º 9) ajuda a ilustrar a vivência dos colonos que foram para as zonas rurais de Moçambique trabalhar os campos agrícolas e a contribuição significativa dos madeirenses. A imagem retrata um homem que aparenta ser madeirense – identificável pelo seu barrete típico regional – em pleno trabalho agrícola. Este agricultor representa o terceiro maior grupo de colonos no Limpopo, os madeirenses, cuja presença e influência foram fundamentais para o desenvolvimento agrícola da região.

A imagem do madeirense a trabalhar a terra, de pés descalços e barrete na cabeça – impróprio para o clima quente do Limpopo –, é um testemunho poderoso do espírito resiliente e da ética de trabalho que esses colonos levaram consigo. Apesar da referida esperança em dias melhores, relatada anteriormente numa notícia regional, a realidade do trabalho agrícola que encontraram no Limpopo não correspondeu às suas ambições. A prática agrícola no Limpopo era tão rudimentar quanto a que estavam habituados na Madeira não representando, portanto, a melhoria que esperavam. Eles enfrentaram e superaram inúmeros desafios e a sua história é uma parte integrante da tapeçaria cultural e agrícola da região. Esta fotografia serve como um lembrete visual da importante contribuição dos madeirenses naquele povoamento.

Imagem n.º 10 – Fotografia de casa de colonos na aldeia de Guijá



Fonte: Arquivo Nacional da Torre do Tombo, Agência Geral do Ultramar, Moçambique, cx. 37, n.º 17144, PT/TT/AGU/006/017144. Autor: não mencionado; imagem cedida pelo ANTT.

A imagem n.º 10 captura uma casa colonial erguida nos anos cinquenta em Guijá. Observa-se que a habitação tem uma forma retangular, telhado inclinado e uma chaminé. O alpendre e a grande janela envidraçada são elementos distintivos que refletem a funcionalidade e o desejo de integração com o ambiente natural.

Nesta análise à arquitetura da casa é relevante ter em conta que, entre 1936 e 1960, a Junta de Colonização Interna empreendeu a construção de sete colónias agrícolas no norte e centro de Portugal Continental<sup>90</sup>. Paralelamente, os colonatos agrários de Angola e Moçambique foram estabelecidos. Em ambos os projetos, o casal agrícola era uma unidade fundamental de colonização<sup>91</sup>. No Limpopo, cada uma dessas unidades era composta por uma casa com anexos agrícolas, incluindo estábulo e forno de pão partilhados por duas famílias, num quintal de 1000 m<sup>2</sup>, além dos terrenos de regadio e pastagem natural<sup>92</sup>. Igualmente, em ambos os casos, se previa a assistência técnica e social, visando a educação e transformação dos hábitos dos colonos, alinhando-os com os ideais do Estado Novo<sup>93</sup>.

Observa-se ainda que a casa representada é geminada, conforme se percebe pela divisão do alpendre, o que significa que foi projetada para acomodar duas famílias.

Recorremos a um estudo da arquiteta Filipa Guerreiro, no qual a autora explica que «Na segunda metade da década de 1950, os projectos da JCI deixam de recorrer ao edifício isolado na parcela em reacção às críticas aos modelos de habitação unifamiliar, muito criticados no Congresso Nacional de Arquitectura em 1948.»<sup>94</sup> Tal afirmação ajuda a clarificar a estrutura da construção das casas dos colonos no Limpopo, que seguiram essa mesma linha de orientação<sup>95</sup>. Adicionamos que essa escolha tinha também o benefício de facilitar a partilha e ajuda mútua entre vizinhos. O mesmo acontecia pela presença de um alpendre como espaço central do quotidiano familiar<sup>96</sup>, favorecendo o convívio entre os colonos.

A presença de uma bicicleta junto à casa sugere a adoção de meios de transporte pessoal, refletindo uma certa autonomia dos colonos e a adaptação às necessidades de mobilidade da época.

---

<sup>90</sup> As sete colónias agrícolas foram: Milagres, em Leiria; Martim Rei no Sabugal; Pegões no Montijo; Gafanha em Ílhavo, Barroso em Montalegre e Boticas; Alvão em Vila Pouca de Aguiar; e Boalhosa em Paredes de Coura.

<sup>91</sup> GUERREIRO, 2022, *Colónias Agrícolas: A arquitectura* [...], p. 14.

<sup>92</sup> CASTELO, Cláudia, 2012, «O “Branco do Mato de Lisboa” [...]», p. 35.

<sup>93</sup> GUERREIRO, 2022, *Colónias Agrícolas: A arquitectura* [...], p. 14.

<sup>94</sup> GUERREIRO, 2022, *Colónias Agrícolas: A arquitectura* [...], p. 251.

<sup>95</sup> Veja-se FONTE, 2007, *Urbanismo e Arquitectura em Angola* [...], p. 406.

<sup>96</sup> GUERREIRO, 2022, *Colónias Agrícolas: A arquitectura* [...], p. 258.

Uma análise social do colonato destacou a existência de vários problemas, sobretudo que as habitações eram inadequadas ao clima e estavam distantes das terras cultiváveis. Além disso, a idade avançada e a baixa escolaridade dos agricultores recrutados foram também objeto de críticas<sup>97</sup>. Os colonos expressaram insatisfação com a falta de apoio técnico e social, bem como dificuldades na comercialização dos produtos. O objetivo do projeto era a subsistência, não o enriquecimento. Os colonos portugueses no Limpopo viviam de forma modesta, demonstrando aos africanos que havia brancos com vidas semelhantes às suas<sup>98</sup>.

Muitos colonos do Limpopo, insatisfeitos com a disciplina rigorosa do colonato, buscavam em Lourenço Marques uma vida mais próspera<sup>99</sup>. A cidade, um centro de oportunidades de trabalho e comércio, oferecia uma qualidade de vida elevada e uma diversidade cultural rica. Além disso, a sua natureza cosmopolita atraía pessoas de todas as partes do mundo, tornando-a num lugar de encontro para pessoas de todas as raças<sup>100</sup>. Esta combinação de fatores tornava Lourenço Marques um destino atraente para aqueles que buscavam melhores oportunidades de trabalho e de vida.

Não obstante, apesar dos obstáculos, os colonos madeirenses mostraram resiliência. Mesmo com desistências e migração para a capital de Moçambique, muitos persistiram.

Com a descolonização, aqueles que permaneceram no colonato acabaram por abandonar tudo, retornando principalmente a Portugal ou indo para a África do Sul<sup>101</sup>.

Este período histórico não apenas moldou as suas vidas, mas também teve um impacto duradouro nas relações entre Portugal e Moçambique.

## **Conclusão**

Em suma, a ilha da Madeira emergiu como um pilar fundamental na colonização do Limpopo, posicionando-se como a terceira maior fonte de colonos. Este estudo forneceu uma análise detalhada sobre a migração madeirense para o Limpopo, destacando o complexo processo de povoamento agrário e o envolvimento direto do Estado português na seleção criteriosa das famílias madeirenses.

---

<sup>97</sup> CASTELO, 2007, *Passagens para África. O povoamento* [...], pp. 152-153.

<sup>98</sup> CASTELO, 2012, «O "Branco do Mato de Lisboa" [...], pp. 45-50.

<sup>99</sup> CASTELO, 2016, «"O Portugal das aldeias" em África (século XX)», p. 429.

<sup>100</sup> PIMENTA, *Branco de Moçambique. Da oposição eleitoral ao salazarismo* [...], p. 35.

<sup>101</sup> Veja-se SOUTO, 2017, *Os Retornados de África – Estudo de caso* [...].

Este estudo também destacou a discrepância entre as expectativas dos colonos madeirenses e a realidade que encontraram no Limpopo. Atraídos pela promessa de uma vida melhor, os colonos enfrentaram uma série de desafios inesperados, incluindo uma agricultura rudimentar, preços baixos dos produtos e problemas de saúde pública e animal. Estes desafios sublinham a complexidade e a multiplicidade dos obstáculos que os colonos tiveram de superar, que se estendiam além das adversidades prontamente perceptíveis. A experiência dos colonos madeirenses no Limpopo serve como um lembrete da importância de uma gestão eficaz dos recursos e do ambiente para garantir a saúde e o bem-estar da população.

O empreendimento de povoamento agrário, embora complexo e multifacetado, envolveu diversas entidades governamentais e foi marcado por uma reestruturação significativa da política colonial. Tal reestruturação redirecionou o foco para o continente africano, resultando na edificação de colonatos em Angola e Moçambique, financiados pelos Planos de Fomento do Estado.

Durante um período de três anos, 82 famílias madeirenses foram escolhidas para se estabelecerem no Limpopo, totalizando 580 pessoas. Contudo, o retorno financeiro do projeto mostrou-se insatisfatório, levando muitos colonos a desistirem e a abandonarem a região. O projeto foi, por fim, descontinuado pelo Estado português em 1973.

A seleção das famílias madeirenses não foi apenas um marco histórico para a Madeira, mas foi também um reflexo do papel ativo do Estado. A Barragem de Trigo de Morais, erguida sobre o rio Limpopo entre 1953 e 1955, permanece como uma infraestrutura hidráulica vital, sustentando a produção agrícola e a economia da região até os dias atuais. Ademais, a preservação dos nomes de algumas regiões no Limpopo perpetua a herança cultural portuguesa.

António Trigo de Morais, o engenheiro visionário responsável pelo projeto, ainda é referenciado e estimado pela comunidade local, mesmo após seis décadas do seu falecimento. A sua contribuição foi decisiva para a conceção e execução do projeto de colonização, deixando um legado que transcende o tempo.

A influência portuguesa no Limpopo persiste, não somente nos marcos físicos, mas igualmente na cultura e nas tradições que foram passadas de geração em geração. A herança lusitana manifesta-se na língua, na gastronomia, na música e nos costumes locais, atuando como um elo contínuo entre o passado e o presente.

Este estudo, ao lançar luz sobre a migração madeirense para o Limpopo, contribui para a compreensão da história de Portugal e de Moçambique. No entanto,



ainda há muito a ser explorado. O impacto a longo prazo da colonização na vida dos colonos e a influência da colonização na relação entre Portugal e Moçambique são áreas que merecem mais investigação. Este trabalho é apenas o começo de uma jornada de descoberta que, esperamos, possa ser continuada no futuro.

## **Fontes e Bibliografia**

### Fontes

Arquivo e Biblioteca da Madeira, Direção Regional da Administração Pública e Local, Emigração, *Inscrições para o colonato do Limpopo, Moçambique*, pt. 2291.

Arquivo Histórico Ultramarino, Agência Geral do Ultramar, PI0026, n.º 17025, PT/AHU/AGU/PI0026.

Arquivo Nacional Torre do Tombo, Agência Geral do Ultramar, Moçambique: cx. 37, n.º 17144, PT/TT/AGU/006/017144; cx. 37, n.º 17552, PT/TT/AGU/006/017552; cx. 37, n.º 17555, PT/TT/AGU/006/017555; cx. 39, n.º 19240, PT/TT/AGU/006/019240.

Decreto n.º 18:570, de 8 de julho de 1930, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 156.

Lei n.º 2058, de 29 de dezembro de 1952, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 291.

Lei n.º 2.066, de 27 de junho de 1953, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 135.

Lei n.º 2094, de 25 de novembro de 1958, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 256.

Decreto 43.895, de 6 de setembro de 1961, in *Diário do Governo*, I Série, n.º 207.

Lei n.º 2123, de 14 de dezembro de 1964, in *Diário do Governo*, I Série n.º 291.

### Publicações Periódicas

«Inscrições para famílias de colonos», 08-02-1960, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 3.

«Gente da Madeira para o colonato do Limpopo. À partida: emoção, esperança em melhores dias», 18-06-1960, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 1.

«Seguiram ontem para o Limpopo mais 71 colonos madeirenses», 27-08-1960, in *Diário de Notícias*, Funchal, p. 1.

### Bibliografia

BASTOS, Cristiana, 2011, «Ilhas, Planaltos e Travessias: Os fluxos de Madeirenses entre Plantações e Colonias», in *As Ilhas e a Europa, a Europa das Ilhas*, Coleção Debates, n.º 5, Funchal, CEHA, pp. 187-196.

- BOAHEN, A. Adu (org.) et al., 1985, *General History of Africa, VII: Africa under colonial domination 1880-1935*, 1.<sup>a</sup> ed., Paris, UNESCO; Berkeley, CA, University of California Press; London, Heinemann Educational Publishers Ltd.
- CAEIRO, Joaquim Croca, 2005, «Os Planos de Fomento Nacional no contexto do desenvolvimento económico nacional no pós-guerra», in *Intervenção Social*, n.º 31, pp. 193–219, disponível em <http://revistas.lis.ulusiada.pt/index.php/is/article/view/1386>, consultado a 21 de julho de 2023.
- CAPAINA, Nelson, 2022, «Produção Orizícola em Moçambique: (Des)continuidades Políticas, Desafios para os Pequenos Agricultores», in *Observatório do Meio Rural*, n.º 178, pp. 1-10.
- CASTELO, Cláudia, 1998, *O Modo Português de Estar no Mundo, o Luso-Tropicalismo e a Ideologia Colonial Portuguesa (1933-1961)*, Porto, Edições Afrontamento.
- CASTELO, Cláudia, 2007, *Passagens para África. O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole (1920-1974)*, Porto, Edições Afrontamento.
- CASTELO, Cláudia, 2009, «Migração Ultramarina: Contradições e Constrangimentos», in *Ler História*, n.º 56, pp. 69-82.
- CASTELO, Cláudia, 2012, «O “Branco do Mato de Lisboa”: a Colonização Agrícola Dirigida e os seus Fantasmas», in *Os Outros da Colonização: Ensaios Sobre Tardo-Colonialismo em Moçambique*, Lisboa, Edições Afrontamento, pp. 27-50.
- CASTELO, Cláudia, 2014, «“Novos Brasis” em África: Desenvolvimento e Colonialismo Português Tardio», in *Varia História*, n.º 30 (53), pp. 507-532.
- CASTELO, Cláudia, 2016, «“O Portugal das aldeias” em África (século XX)», in *O Governo dos Outros. Poder e Diferença no Império Português*, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, pp. 409-434.
- CASTELO, Cláudia, 2021, «Colonatos e Aldeamentos no Niassa, Moçambique: Processos e Impactos Sociais em Tempo de Guerra (1964-1974)», in *Tempo*, n.º 27 (3), pp. 478-500.
- D’ALMEIDA, Genipro de Eça, 1945, *Colonização: Um Problema Nacional*, 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Editora Marítimo-Colonial.
- FERRAZ, Ricardo, 2022, *Os Planos de Fomento do Estado Novo – Quantificação e Análise*, Lisboa, Edições Sílabo.
- FONTE, Maria Manuela, 2007, *Urbanismo e Arquitectura em Angola – De Norton de Matos à Revolução*, Dissertação de Doutoramento em Planeamento Urbanístico – Universidade Técnica de Lisboa.
- GUERREIRO, Filipa de Castro, 2022, *Colónias Agrícolas: A arquitectura entre o doméstico e o território 1936-1960*, Porto, Dafne Editora.

- MARQUES, A. H. de Oliveira, 2009, *Breve História de Portugal*, 7.<sup>a</sup> ed., Lisboa, Editorial Presença.
- MARQUES, João Filipe, 2004, *Je ne suis pas raciste, mais... Du «non-racisme» portugais aux deux racismes des Portugais*, Thèse Docteur Sociologie, École des Hautes Études en Sciences Sociales – Universidade do Algarve.
- MARQUES, João Filipe, 2008, «Racistas são os outros! Reflexão sobre as origens e efeitos do mito do “não-racismo” português», in *Estudos III*, Faro, Faculdade de Economia da Universidade do Algarve, pp. 5-20.
- MASSINGUE, Raúl, 2020, «Barragem de Macarretane pronta para abastecer água a 12 mil produtores», in *O País*, Moçambique, disponível em <https://opais.co.mz/barragem-de-macarretane-pronta-para-abastecer-agua-a-12-mil-produtores/>, acedido a 11 de dezembro de 2023.
- MATINE, Manuel Henriques, 2015, *Integração de Famílias Autóctones no Colonato do Limpopo em Moçambique, 1959-1977*, Dissertação de Mestrado em História Contemporânea — Universidade Federal Fluminense.
- NEPOMUCENO, Rui, 2006, *História da Madeira – Uma Visão Actual*, Porto, Campo de Letras.
- PAULA, Simoni Mendes de, 2016, *O colonialismo espelhado nas águas do Cunene (1884-1975)*, Tese de Doutoramento em História – Universidade Federal de Santa Catarina.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2010, *Portugal e o Século XX. Estado-Império e Descolonização (1890-1975)*, Porto, Edições Afrontamento.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2018, *Branco de Moçambique. Da oposição eleitoral ao salazarismo à descolonização (1945-1975)*, Porto, Edições Afrontamento.
- PIMENTA, Fernando Tavares, 2023, «“Nova Madeira”? Notas e Reflexões para o Estudo da História da Colonização Madeirense no Planalto da Huíla (Angola)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 503-536.
- ROSAS, Fernando (coord.), 1994, *O Estado Novo (1926-1974)*, 7.º vol., MATTOSO, José (dir.) *História de Portugal*, Lisboa, Círculo de Leitores.
- ROSAS, Fernando, 2018, *História a História – África*, Lisboa, Edição Tinta da China.
- SARMENTO, João, 2022, «África e as Missões de Geografia Tropical Portuguesa na segunda metade do século XX», in *Terra Brasilis* [online], n.º 17|2022, disponível em <https://journals.openedition.org/terrabrasilis/10593>, consultado a 21 de dezembro de 2023.
- SOUTO, Odete, 2017, *Os retornados de África – Estudo de caso sobre a sua integração na Madeira*, Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais – Universidade Aberta.

- SOUTO, Odete, 2021, «Os “Retornados” de África – Integração na Madeira (1974-1977)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 3, pp. 649-692.
- SOUTO, Odete, 2022, «Migração Madeirense para Angola e Moçambique (1940-1974)», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 4, pp. 419-451.
- SOUTO, Odete, 2023, «Regulação Estatal da Emigração Madeirense no Estado Novo – *Cartas de Chamada*», in *Arquivo Histórico da Madeira*, Nova Série, n.º 5, pp. 617-654.
- VIEIRA, Rui, FREITAS, João Abel de, 2008, «A Economia da Madeira no período pré-autonómico», in FREITAS, João Abel de (coord.), *A Madeira na História. Escritos sobre a Pré-Autonomia*, Lisboa, Âncora Editora, pp. 123-187.

#### Materiais Audiovisuais

- ROSAS, Fernando, 2017, *O Colonato do Limpopo*, RTP Ensina, Lisboa, 19 de novembro de 2017, disponível em <https://ensina.rtp.pt/artigo/o-colonato-do-limpopo/>, acedido a 2 de agosto de 2023.
- RTP Arquivos, 1960, *Partida de colonos para o Limpopo*, 28 de fevereiro de 1960, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/partida-de-colonos-para-o-limpopo/>, acedido a 2 de agosto de 2023.
- RTP Arquivos, 1960, *Partida de colonos para o Limpopo (2)*, 28 de fevereiro de 1960, disponível em <https://arquivos.rtp.pt/conteudos/partida-de-colonos-para-o-limpopo-2/>, acedido a 2 de agosto de 2023.